

## Os Roma em tempos de Covid-19.

Uma reflexão de elevada importância ou um não tema?

João Garcia  
CICS.NOVA.UÉvora  
jahg@uevora.pt

### Resumo

O contexto de pandemia vem enfatizar a (in)capacidade de a Humanidade responder a diferentes desafios. Neste cenário, o presente estudo pretende compreender o atual discurso da Sociologia, os impactos da COVID-19 na Comunidade Roma nómada e a análise aos efeitos das políticas transnacionais e nacionais na melhoria de vida dos Roma. Foi possível constatar que a Sociologia encontra nas dimensões humanas e sociais motivo para se mobilizar e estudar novas realidades. A Comunidade Roma nómada revela níveis de conhecimento e formação abaixo da média da população, o acesso a cuidados básicos de saúde é realizado de forma incurial e continuam a viver em “habitações” sem água canalizada, saneamento básico e eletricidade, cenário que está exacerbado no atual contexto pandémico. Constata-se que a erradicação da discriminação dos Roma tem vindo a integrar com regularidade as agendas internacionais e nacionais, contudo, o efeito na melhoria de vida destes indivíduos encontra-se em níveis muito reduzidos, relativamente ao conjunto de intenções enunciadas por diferentes áreas de decisão política e social. A inclusão dos Roma em sociedade não depende apenas de políticas públicas e projetos, mas principalmente da erradicação de processos de assimilação impostos pelo grupo dominante, com bases nas suas representações sociais e culturais.

**Palavras-Chave:** COVID-19, Comunidade Roma nómada, conflito sociocultural.

### Gypsies in Covid-19 times: A high importance reflection or a non-issue?

#### *Abstract*

The Covid-19 pandemic has come to stress Humankind's (In)capacity to respond to novel challenges. This study is a review of Sociology's understanding of the Covid-19 pandemic, its impact on the itinerant Roma (gypsies) people and its effect on national and international policies related to improving the Roma people's quality of life. It is Sociology's purpose to study new social dimensions. The Roma people show low educative, low access to healthcare and precarious living conditions, which include no basic sanitation or electricity. This scenario has only worsened during the current pandemic. The eradication of discrimination against the Roma people has regularly been a part of national and international agendas. However, in spite of many social actor's intentions, little improvement of living conditions has happened. The inclusion of the Roma people on society does not depend on public policies and projects, but mainly on the eradication of the assimilation process imposed by the ethnic majority, based on their social and cultural representations.

**Key-words:** Covid-19, itinerant Roma Community, socio-cultural conflict.

## Introdução

A nova Covid-19 disseminou-se rapidamente pelo mundo, colocando sob escrutínio as economias mundiais, os sistemas de saúde e as responsabilidades políticas e sociais, que se têm manifestado em sentidos opostos e com uma pluralidade de respostas díspares (Kiran, 2020; Lupton, 2020).

Os casos mais mediáticos de solidariedade e de dignidade humana têm sido apresentados nos media, tendo sido muitos os exemplos de quem pouco tem e muito oferece a quem mais necessita. A área da restauração foi das que mais altruísmo colocou ao dispor da comunidade; os profissionais de saúde e as Polícias têm demonstrado o verdadeiro sentido de cuidar e de proteger, os Educadores têm-se mantido firmes, cumprindo com a missão de transferência do saber. A comunidade científica trabalha em rede, contra o tempo, na procura de uma vacina que salve todos aqueles que, incognitamente, a doença se possa afirmar como fatal (com especial incidência nos adultos maiores) (Alders, 2020; World Health Organization, 2020).

Contrariamente, observam-se grupos e indivíduos desafiantes, que não temem ser contagiados, desvalorizando as métricas de contágio e de perdas de vidas humanas. Outros, têm polarizado as redes sociais e os canais de comunicação (sobretudo os informais) com uma teoria da conspiração, perante o que afirmam ser uma omissão da realidade (Lupton, 2020; Meza-Palmeros, 2020).

A lente sociológica permite analisar o contexto pandémico perante a teoria da 'sociedade de risco' desenvolvida por Ulrich Beck, em 1992 (cf. J.M. Mendes, 2015). Este ambiente altamente incerto e complexo, pode também ser conectado com o conceito de 'anomia', de Durkheim, cujos princípios se enquadram em cenários que revelam ausência de normas (cf. Fernández, 2009).

As pesquisas sociológicas, ao analisarem as populações e grupos vulneráveis, têm vindo a integrar nas narrativas as dimensões subjetivas e objetivas das realidades sociais (coletivas e individuais) dos atores,

que em sociedade interagem sob diferentes perspectivas e motivações (Gezgin & Greenfields, 2017).

O autor John Hoyland, no último terço do século XIX, foi um dos primeiros académicos a debruçar-se sobre a promoção da melhoria das condições de vida dos Roma. A presença desta etnia foi registada no Reino da Boémia, em 1260, em Creta, por volta de 1392, no Peloponeso, em 1378 e, em Hamburgo, por volta de 1417, surgem como artistas de rua, tendo migrado para a Europa a partir dessa data (Hawes, 2020).

Desde então, a Comunidade Roma tem sido motivo de aculturação e assimilação por diferentes áreas da política, das artes e da academia. Por sua vez, os Roma continuam a suscitar incompreensão e desaprovação quase universal, que em distintos momentos da sua história foi levada a extremos de violência física e persecutória (Casa-Nova, 2013; Hawes, 2020).

Desde que há registos, os Roma partilham o mesmo espaço com outros grupos dominantes sem nunca terem tido pertença a um Estado com soberania, política e militar, facto que os renega (desde sempre) para uma situação de inferioridade étnica e subordinação política, social e cultural. A reputação negativa e a invisibilidade social fazem ainda parte das representações sociais das atuais gerações dominantes, e porque a Comunidade Roma não se perfila com os padrões de vida hegemónicos, são alimentados no tempo estereótipos que os conectam à prática de crimes, de atos socialmente reprováveis, à improdutividade social e a uma natureza primitiva. Por outro lado, a escolha de uma vida nómada faz com que sejam vistos como estrangeiros dentro do país onde nasceram (Bastos, 2020).

As dificuldades em aceder ao mercado de trabalho e a serviços essenciais, aliadas às diferenças culturais, a situações traumáticas vividas diariamente, conjuntamente com a inércia das políticas Europeias e em cada país (Hawes, 2020), assumem-se como os principais fatores de resistência à mudança. Todavia, a agenda política Europeia, desde 2011, tem concebido um campo de discussão e partilha que, por um

lado, realiza ações de combate ao antigipsismo e, por outro, promove a sua inclusão em sociedade, através da redução das diferenças no acesso a áreas fundamentais, tais como a educação, o emprego, a habitação e a saúde (European Commission, 2020).

Em Portugal, a Comunidade Roma a viver em barracas e/ou em tendas têm sido noticiados aquando dos focos de infeção da Covid-19. Relembrem-se os casos ocorridos em vários pontos do Algarve (Agência Lusa, 2020) e do Alentejo (Dias, 2020; ver também, Serviço Nacional de Saúde - ARS Alentejo, 2020). Supõe-se que no seio dos acampamentos o distanciamento social não possa ser o mais adequado e prudente (por razões óbvias) e, por dificuldade de acesso e baixas literacias, a utilização dos meios de proteção faz-se de forma incurial (Varga, 2020). Assim, infere-se que é crucial a responsabilidade de cuidarmos uns dos outros, relativamente à transmissão do vírus, facto que é extremamente complexo quando se está perante pessoas extremamente pobres e com níveis de literacia muito reduzidos, independentemente da cor da pele ou da etnia (Cisneros-Kostic et al., 2020).

Perante a pertinência do tema Covid-19 e os Roma, o presente ensaio pretende desconstruir o discurso das Ciências Sociais enquanto área de conhecimento focada em compreender os impactos da pandemia em grupos sociais cuja vulnerabilidade é anterior à Covid-19, especificamente os Roma. De forma bidimensional, é ainda realizada uma análise às principais intenções de inclusão dos Roma a nível europeu e nacional, na última década, apresentando-se estudos de dimensão local, que permitem realizar uma aproximação à atual realidade dos Roma nómadas a residirem nos concelhos de Évora e Estremoz.

Deste modo, foram formuladas três questões de partida, que no decorrer do ensaio se pretendem ver aclaradas. 1) Nas dimensões COVID-19 e sociedade, quais os objetos de estudo analisados pela sociologia? 2) A partir da análise da situação atual de pandemia, os Roma entendem de que forma o vírus se propaga e como se podem proteger? 3) Em que medida a reflexão realizada em torno da erradicação

da discriminação dos Roma é tema de elevada importância, somente retórica, ou um não tema aquando da inclusão efetiva em sociedade?

## 1. Método

A desconstrução do quadro social de grupos minoritários e o aferimento de novas realidades que afetam o seu quotidiano, é apoiada por uma matriz que, apesar de complexa, suporta a problemática dos indivíduos ou de uma comunidade e os cenários que necessitam de intervenção, perante a compreensão das necessidades, dos problemas e dos interesses de todas as partes (Fialho et al., 2017). Neste contexto, as pesquisas qualitativas permitem compreender como é que os indivíduos se relacionam dentro dos seus ambientes e analisar a forma como eles pensam e se comportam em circunstâncias e realidades divergentes, oferecendo a oportunidade de se fazer transferência das realidades do quotidiano entre as famílias, os colegas e as culturas, ou traçar histórias de vida concretas de uma ou várias pessoas (Yin, 2016).

Desde modo, o presente ensaio foi realizado com recurso ao método de pesquisa qualitativa (empírica), com a seleção e utilização de literatura relevante, procurando aferir a realidade de grupos (de pessoas) maioritários e minoritários, que no mesmo espaço se relacionam perante diferentes necessidades, interesses e comportamentos (Yin, 2016).

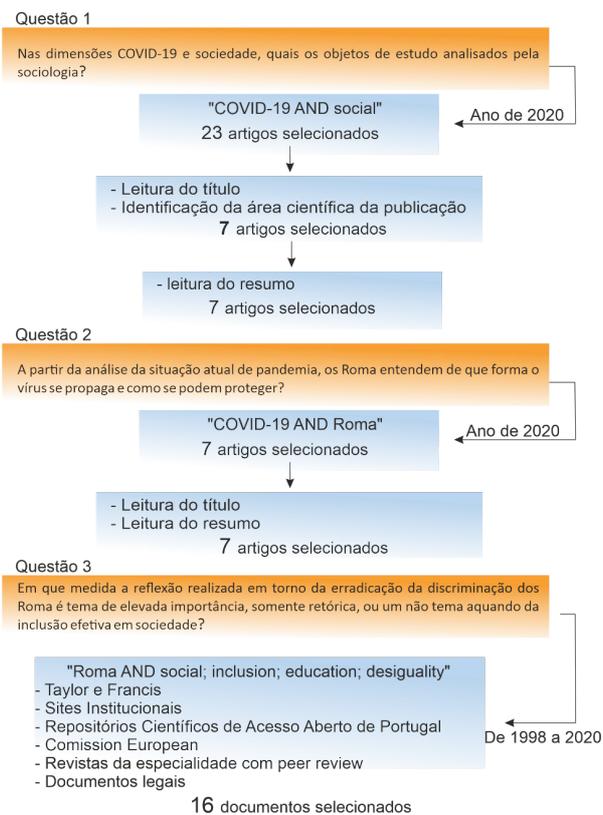
A primeira parte do ensaio pretende compreender quais os objetos de estudo analisados pela sociologia, a partir da data em que foi declarado o estado de pandemia até ao presente momento. As principais fontes de pesquisa foram mapeadas na Editora Taylor e Francis, nomeadamente, no Journal Health Sociology Review, tendo-se recuperado vinte e três documentos e, destes, selecionado sete artigos para incluir no estudo. Os descritores foram definidos por aproximação ao tema, ou seja, as primeiras tentativas não recuperaram resultados (“COVID-19 AND society; community; vulnerable groups”), os resultados foram recuperados aquando da utilização dos descritores “COVID-19 and social” (Figura 1).

Na segunda parte do documento, identificam-se as representações sociais que os grupos dominantes continuam a ter sobre os Roma, a inexistência de políticas específicas que traduzam um aumento da melhoria de vida da Comunidade Roma e, em concomitância, atualizam-se os efeitos da COVID-19 no quotidiano de uma comunidade étnica, que anteriormente à pandemia já vivia em condições de vulnerabilidade extrema.

Por forma a recuperar informação específica sobre a atual situação da Comunidade Roma, utilizaram-se os descritores “COVID-19 AND Roma”, tendo as pesquisas sido efetuadas em diferentes Editoras (Taylor e Francis, Elsevier; Wiley), todavia, não foi possível recuperar resultados, certamente por ser uma pesquisa muito fechada, se tratar de um tema muito específico e decorrer num período temporal limitado. Por sua vez, a pesquisa realizada no *International Journal of Roma Studies* recuperou seis artigos, e um artigo no *Journal Frontiers in Sociology*, os quais foram incluídos no estudo (Figura 1).

A terceira parte do artigo pretendeu analisar o impacto das políticas formuladas a nível europeu e aplicadas a nível local, criando um campo de conhecimento sobre os discursos e as intenções de inclusão dos Roma em sociedade, relativamente aos resultados efetivos nas suas vidas. Como descritores foram utilizados “Roma AND social inclusion; education; inequalities” e “Roma e inclusão social; educação; desigualdade social”. O mapeamento foi realizado na Editora Taylor e Francis, nos Repositórios Científicos de Acesso aberto em Portugal; nas revistas científicas com revisão por pares, a informação produzida pela União Europeia, a *sites* institucionais e a diplomas legais, tendo-se selecionado para o estudo dezasseis documentos.

Figura 1. Desenho da pesquisa documental



Fonte: autor

## 2. A Covid-19 os Estudos Sociológicos e a Comunidade Roma

O *Journal Health Sociology Review* avançou com uma edição especial dedicada exclusivamente à sociologia e à COVID-19. Apesar de não se registarem análises ao tema Comunidade Roma, a abrangência da iniciativa permite constatar que a sociologia se mobiliza aquando da necessidade de estudar novos cenários e dimensões de interesse humano. Relativamente aos objetos de estudo, focaram-se nas diferenças políticas, histórico-culturais, sociais e simbólicas, em várias regiões do mundo, e as suas influências na forma como cada governo e população têm respondido à pandemia (cf. Goggin & Ellis, 2020; Kwok, 2020; Meza-Palmeros, 2020; Rahman, 2020; Richterich, 2020; Scambler, 2020; Thomson, 2020).

No âmbito da produção do conhecimento científico, Zeng et al. (2020) referem que a investigação

publicada tem uma função indelével de disseminação do conhecimento relativo aos avanços e efeitos da pandemia na saúde, em todo o mundo, todavia, é fundamental que a comunidade científica percecionasse a hipótese de determinados conteúdos partilhados poderem contribuir para o aumento do preconceito e da xenofobia.

Por outro lado, neste novo normal de vida, tem sido exigido que se mantenha o distanciamento social, sendo uma questão de responsabilidade e de cidadania manter, sempre que possível, isolamento nos locais de residência. Esta realidade, segundo Goggin e Ellis (2020), foi percecionada, no caso das pessoas com deficiência, com relativa ironia, já que, uma parte das pessoas com deficiências se encontram isoladas e apenas comunicam com o mundo através de recursos digitais. Por último, é transmitida a ideia de que a COVID-19 veio aumentar as desigualdades no acesso a serviços de saúde e de proteção, bem como, um retrocesso nos direitos fundamentais das pessoas ou de grupos vulneráveis.

A pesquisa realizada por Meza-Palmeros (2020) estudou um grupo de mulheres (na maioria portadoras de doenças crónicas) pertencentes a um grupo social vulnerável, tendo-as questionado sobre a perceção pessoal da (in)existência da COVID-19. Foi observado que a precariedade do quotidiano das mulheres, em conjunto com as análises baseadas em representações pessoais e em crenças religiosas, influenciaram um certo fatalismo nos seus pensamentos e discursos sobre os efeitos da doença covid-19. O autor entende ainda que os simbolismos ideológicos, culturais e religiosos, influenciam as perceções pessoais de segurança e proteção.

Numa breve resenha, observa-se a existência de pessoas a viverem em condições precárias ou em cenários historicamente perfilados com tensões sociopolíticas, que exacerbam sentimentos de antipatia e de aversão contra indivíduos e/ou grupos sociais minoritários que se encontrem em situação de subordinação estrutural, cultural, política e social (Lupton, 2020).

Esta realidade enquadra-se ainda numa reflexão atemporal sobre o racismo e os diferentes tipos de violência cometidos contra grupos e subgrupos, cujas diferenças se manifestam muito além da per-

tença étnica (cf. Brown, 2008; Cousin & Fine, 2012; Fenton, 1988; Nelson et al., 2018).

Num paradigma de ascensão e institucionalização dos direitos fundamentais da humanidade, os Roma têm sido motivo de análise e reflexão por diferentes áreas e objetos de estudo, dos quais se salientam: a influência dos indivíduos desta etnia com formação superior, nos novos estudos sobre a Comunidade (Rostas et al., 2015); a inclusão e participação dos Roma na sociedade civil (Mírğa-Kruszelnicka, 2015); os estereótipos que colaboram para a sub-representação dos Roma em domínios fundamentais para o desenvolvimento humano, nomeadamente o acesso à educação, à habitação, ao emprego e ao direito de serem incluídos nas políticas de discriminação positiva, sem que existam discursos de ódio (Council of Europe, 2015; European Commission, 2018; Gonçalves, 2020).

A análise da literatura permite compreender que a fragmentação social por níveis de acesso ao conhecimento, a serviços e a bens essenciais, não é recente, contudo, torna-se fundamental compreender se a situação pandémica veio aumentar as desigualdades das respostas dadas entre países e entre cidadãos, por inerência estrutural, financeira e cultural (Auriemma & Iannaccone, 2020; Cisneros-Kostic et al., 2020).

Neste sentido, a Fundación Secretariado Gitano questionou onze mil indivíduos Roma nómadas, a residirem em território espanhol, tendo os resultados revelado uma baixa incidência de infeção por COVID-19. Todavia, as restrições e efeitos causados pela pandemia estão a afetar significativamente o acesso aos alimentos, a serviços básicos e à educação, situação que já estava identificada antes, mas que foi ampliada pelas restrições à circulação que afetam de forma direta a maioria dos contextos profissionais, mas em particular os que se perfilam com o setor informal do comércio ambulante. O estudo identifica como maior preocupação da Comunidade Roma o acesso aos alimentos, pois, apesar do Governo ter dados indicações precisas de ajuda aos grupos e famílias mais vulneráveis, o apoio nem sempre acontece de forma célere (Agency for Fundamental Rights [FRA], 2020).

O acesso e a tipologia de emprego interferem nos níveis de participação social e de acesso a bens e

serviços essenciais. Arza Porras et al. (2020), referem que no decorrer da pandemia tem aumentado significativamente a procura de trabalho e, em proporção preocupante, as pessoas que se veem sem um teto para morar. Bastos (2020), relembra que a Comunidade Roma tem um histórico persecutório que (desde sempre) lhe dificulta o acesso ao emprego, no mesmo sentido Kiran (2020), refere que os indivíduos que não possuem um emprego que esteja de acordo com os padrões normais, têm sido os mais penalizados durante a crise. A Friends, Families and Travellers, menciona que na pré pandemia apoiava cerca de 1 000 famílias Roma com problemas em diferentes domínios, entre os quais o (des)emprego. Após o 11 de março de 2020 os números duplicaram, estimando-se que 3 000 famílias vivam com acesso limitado à água e ao saneamento básico (Arza Porras et al., 2020).

Por sua vez, as condições de habitação, que apresentam dimensões reduzidas, cenários de sobrelotação e condições sanitárias degradadas, em conjunto com um acesso inercial a serviços de saúde, colocam os Roma como um grupo de elevado risco de doença e propagação da COVID-19 (FRA, 2020). Esta moldura corrobora com a pesquisa que recentemente analisou as desigualdades entre os grupos vulneráveis e as classes sociais dominantes, relativamente ao risco e aos resultados de contrair a COVID-19, tendo-se conferido que as taxas de mortalidade são mais altas nos indivíduos com pertença a minorias étnicas. Esta realidade é reveladora de diferenças significativas no acesso aos cuidados de saúde, e sugere que as desigualdades têm aumentado durante a pandemia (Varga, 2020).

Relativamente à educação das crianças e jovens Roma, a Fundación Secretariado Gitano aferiu que antes da pandemia seis em cada dez indivíduos do sexo masculino e feminino não concluíam o ensino secundário. Esta realidade, transportada para o atual cenário de afastamento e bloqueios sociais, onde a discriminação positiva no seio das Entidades escolares se alterou significativamente, promovendo a autonomia pessoal e material relativamente às competências de aprendizagem e a recursos digitais, elevam as desigualdades no acesso, no progresso e, por inerência, na participação e no sucesso educativo (FRA, 2020; Arza Porras et al., 2020; Tammi, 2020).

Este contexto é exacerbado quando os bloqueios à circulação renegam as crianças e os jovens para o estudo no domicílio, facto que os coloca em situação de abandono escolar, devido às baixas competências de literacia das famílias Roma e à inexistência de recursos materiais e tecnológicos de acesso, afetando gravemente a construção do conhecimento, quando confinados a um contexto, que só por si, não valoriza a escola (Arza Porras et al., 2020).

Gonçalves (2020), abre um campo de discussão sobre o racismo no quotidiano da comunidade Roma a residir em Espanha. Foi ainda realizada uma análise aos elementos que concorrem para a construção dos estereótipos e dos preconceitos, em diferentes países da Europa. Como principais notas, destaca-se o facto de a sociedade ser maioritariamente caucasiana e manter o poder e controlo das principais estruturas sociais, silenciando e isolando as culturas não hegemónicas, elementos que são agravados no contexto de pandemia atual.

### **3. Uma Ideia de Inclusão Conjunta a Nível Transnacional e Nacional**

Vladimír Špidla, Comissário europeu para o Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades, refere que em 2007 foi o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, tendo a Europa assumido o compromisso de colocar como prioritária a reflexão e o debate sobre a diversidade e todas as formas de discriminação. Refere ainda, que em 2008 foi observado um avanço positivo no interesse demonstrado pelo tema, relativamente às Entidades Públicas e sociedade civil. Concluí que a Comunidade Roma é a maior etnia da Europa e continua a sofrer níveis particularmente elevados de discriminação e de desigualdade (Comissão Europeia, 2009).

No relatório apresentado <sup>[1]</sup>, é dada especial importância às Políticas e aos Programas da União Europeia para a integração social das minorias étnicas, salientando a Comunidade Roma (Comissão Europeia, 2009).

A União Europeia, em 2011, iniciou um quadro de estratégias que consistiram numa abordagem abran-

gente da integração dos Roma em quatro áreas de relevância social – educação, formação, saúde e habitação. O plano de intenções exortou todos os países membros para a implementação, cofinanciada, de “Estratégias Nacionais para Integração das Comunidades Ciganas”, no período 2012-2020 (cf. o caso de Portugal, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural IP, 2020).

Em 2014, tendo como meta 2020 (e posteriormente 2022<sup>[2]</sup>), é referido como prioridade do Fundo Social Europeu (FSE) a inclusão dos Roma em sociedade, priorizando-se um quadro de políticas próprias que, em concreto, possam alcançar o desejado avanço na inclusão dos Roma (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural IP, 2014; Alto Comissariado para as Migrações, 2018).

O Relatório da Agency for Fundamental Rights (2020), conclui que o impacto produzido pela Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia<sup>[3]</sup>, nos últimos dez anos, tem vindo a ganhar visibilidade, tendo desencadeado uma nova cultura dos direitos fundamentais da humanidade no espaço Europeu; os Tribunais auxiliam-se cada vez mais dos princípios emanados pela Carta, todavia, a sua utilização pelos órgãos políticos ainda permanece baixa.

Relativamente à Igualdade e Inclusão dos Roma (ver também, FRA, 2019), o documento conclui que os planos e as políticas de inclusão, em construção na última década, foram extraordinariamente bem desenhadas, todavia, existe ainda um longo caminho a percorrer para que a sua implementação resulte em mudanças sociais duradouras. Portugal é o país da União Europeia que apresenta níveis de segregação educacional mais baixos, em crianças dos 6 aos 15 anos de idade. Porém, relativamente à segregação e condições de habitabilidade, revela um dos piores cenários da Europa, aferindo-se que grande percentagem da Comunidade Roma vive segregada e sem condições de saneamento básico e eletricidade, constatando-se ainda que o baixo nível educacional dificulta o acesso ao emprego e à saúde. Estas condições são também exacerbadas pela reputação negativa da comunidade e por carências de recursos

no acesso a diferentes serviços (como por exemplo, aos transportes públicos) (FRA, 2020).

No dia 7 de outubro de 2020, a União Europeia anunciou um novo Plano de Ação Contra o Racismo e não Discriminação dos Roma - 2020-2030, para a igualdade, inclusão e participação em sociedade<sup>[4]</sup>. A estratégia convoca e responsabiliza todos os atores sociais (públicos, privados, coletivos e individuais) para alterações políticas, sociais e estruturais efetivas, relativamente à pobreza extrema, precariedade habitacional, desemprego, saúde e educação, elementos que se conjugam no acentuar da exclusão social dos Roma (European Commission, 2020).

As estratégias nacionais de integração dos Roma constituem-se como uma oportunidade única para intensificar ações que criem impacto na inclusão destas pessoas. É tão mais importante reverter este cenário, quando se constata que a pandemia COVID-19 revelou uma exposição extrema de exclusão e marginalização, e os impactos negativos que a pobreza e a baixa literacia têm na saúde, na economia e na sociedade em geral (European Commission, 2020).

A Senhora Presidente da Comissão Europeia, Ursula Von Der Leyen, questiona a essência da humanidade quando todos os dias os Roma são excluídos da sociedade e outros são impedidos de participar, simplesmente, por causa da cor da sua pele ou da sua crença religiosa. Refere ainda que a Europa tem o dever de proteger as suas minorias do racismo e da discriminação, devendo substituir o antigipsismo pela aceitação e respeito pela dignidade humana (European Commission, 2020).

Em Portugal, Costa (2004) realiza um dos primeiros estudos sobre a Comunidade Roma, desconstruindo a gênese desse povo perante a perspectiva histórica e cultural, interligada com as questões discriminatórias e de racismo, em diferentes momentos e locais no decorrer do tempo, que ainda perduram, continuando a estar integrados nas agendas políticas internacionais e nacionais. Em 2010, Olga Magano apresenta na sua tese de doutoramento os questiona-

mentos acerca da integração social da comunidade Roma, perante os pilares de identidade e integração social, tendo aferido que os Roma (homens e mulheres) mesmos os que se encontram bem integrados nas comunidades onde residem, afirmam o seu orgulho na pertença étnica.

Auzias (2011), encontra na obra de Maria José Casa-Nova, uma investigação etnográfica com portugueses de etnia Roma, um avanço metodológico e conceptual no estudo de terreno, assim como o aprofundar das dimensões intraétnica e interétnica, desta Comunidade.

No estudo realizado por Magano (2014), aferiu-se que as transformações sociais e políticas verificadas em Portugal desde o 25 de abril de 1974, altura em que foi implementado o sistema democrático, passou a vigorar a igualdade de todos cidadãos portugueses perante a lei. Analisa e argumenta que nem todos os cidadãos estão em iguais circunstâncias, refletindo acerca dos impactos das medidas e políticas sociais sobre as pessoas e famílias Roma.

Mendes et al. (2014) realizaram um estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas, pretendendo criar uma aproximação ao perfil da Comunidade Roma a residir em Portugal, tendo concluído que: as trajetórias escolares dos ciganos são geralmente muito curtas, principalmente no caso das raparigas, existindo ainda uma percentagem alta de absentismo, insucesso e abandono escolar; entre os Roma que exercem uma atividade económica, a venda ambulante é ainda o seu principal meio de sustento, todavia, persistem também situações de desocupação e desemprego, e uma percentagem elevada são beneficiários do Rendimento Social de Inserção, persistindo uma certa tendência para reproduzir ciclos de pobreza, a par de uma certa incapacidade para se fazer a rutura com vivências de pobreza e exclusão social; os casamentos acontecem em idades muito precoces (entre os 13 e os 15 anos); a religião dominante, é o culto evangélico, ligado sobretudo à Igreja de Filadélfia; no domínio social subsiste um certo fechamento nos espaços de residência, com uma concentração de equipamentos e de serviços de atendimento social dentro do próprio bairro; parece existir um

aumento de relacionamentos entre a comunidade cigana e não-cigana, porém, são relatados frequentemente incidentes entre os Roma e os indivíduos de etnia africana; constata-se que, na sua grande maioria, beneficiam de médico de família.

O Decreto-Lei n.º 31/2014 vem aprovar a orgânica do Alto Comissariado para as Migrações, I.P. O documento legal veio alterar a designação de Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. (ACIDI) <sup>[5]</sup> para Alto Comissariado para as Migrações (ACM). Conceptualmente, em 2007, já havia sido suprimido o termo “minorias étnicas” por “diálogo intercultural”, o qual, por sua vez, deu lugar à designação de “migrações” (Decreto-Lei n.º 167/2007)

Estas alterações objetivaram o garante das responsabilidades de um Estado de direito, em proteger, incondicionalmente, a segurança, a dignidade humana e os direitos fundamentais de todos os migrante, pretendendo-se, por um lado, um afastamento gradual da vertente dos grupos étnicos e, por outro, uma aproximação conceptual à diversidade étnica e cultural (Decreto-Lei n.º 31/2014). A Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2018, de 29 de novembro, designa o Alto Comissariado para as Migrações, IP. como a estrutura do Estado responsável pela coordenação da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, em estrita colaboração com o Conselho Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas <sup>[6]</sup>.

No estudo realizado por Assunção (2019) à Comunidade Roma a viver em barracas no Concelho de Évora, foi aferido que a maioria dos jovens Roma realizam o matrimónio aos dezassete anos de idade; 75% não terminaram a escolaridade obrigatória, 85% não têm uma atividade laboral. Relativamente ao rendimento mensal per capita, 22,2% dos agregados familiares auferem cerca de 300 a 400 euros provenientes de pensões de invalidez e 77,8% têm como rendimento líquido um valor igual ou inferior a 200 euros mensais procedentes do Rendimento Social de Inserção (RSI), facto pelo qual acresce o risco de pobreza e exclusão social, tendo em consideração que a taxa de risco de pobreza, em 2019,

correspondia ao valor líquido igual ou inferior a 501 euros (cf. Instituto Nacional de Estatística, 2019). Constata-se também que as pessoas de etnia Roma em estudo, decorrente da baixa escolaridade, têm dificuldades na comunicação e expressão, sendo referido que não têm acesso à informação escrita, nomeadamente, competências para comunicarem através da escrita em papel ou em plataformas digitais.

As habitações são construídas de forma grosseira, recorrendo a paus de madeira, chapas de zinco, plásticos e arames. A Câmara Municipal de Évora é a Entidade que licencia os espaços de acampamento, os quais não possuem estruturas de saneamento básico. Narra ainda, que a comunidade não Roma tem reservas na convivência com os Roma, resultando em denúncias à Entidade gestora e na respetiva expulsão da(s) família(s) desse(s) espaço(s). Este facto é narrado por uma mulher Roma de 57 anos de idade:

*“Tinba uma barraca aconchegada, tinha ali o meu ninho e puseram-me aqui, que aqui é só água e lama!” [...] “Um dia destes a barraca abalou-me, molbei tudo, colchões, mantas até a roupa de vestir eu molbei, pus tudo a enxugar quando veio aí a Dra. [nome], ela viu-me aí a roupa. Tudo, tudo aí estendido!” (Assunção, 2019, p. 93).*

Zabumba (2019) aferiu que na cidade de Estremoz, grande parte da população transmite um sentimento de insegurança motivado pela presença de cinquenta e três famílias Roma (um total de duzentas pessoas). Constata que o Bairro das Quintinhas, que foi sendo ocupado de forma desordenada é, hoje, um local de extrema vulnerabilidade social e humana, pelas baixas condições de habitabilidade e reduzidos recursos socioeconómicos.

O confronto cultural e social tem criado um sentimento generalizado de insegurança na população, todavia, a criminalidade denunciada às autoridades encontra-se em níveis baixos e segue as métricas e as tipologias de outras nove cidades análogas. O cenário é revelador de que o sentimento de insegura-

rança não é refletido pela criminalidade real, mas sim pelas diferenças culturais e ambientais, acrescentando o facto de se estar perante a ameaça coletiva de saúde pública. O autor refere ainda que a Polícia de Segurança Pública intensificou a sua presença em locais de habitual conflitualidade, contudo, a mitigação do problema requer que sejam coordenadas ações que envolvam todas as Entidades, Instituições e atores sociais (Zabumba, 2019).

## Considerações Finais

Após a comunicação do estado de pandemia o *Journal Health Sociology Review* desafiou os pesquisadores sociais a enviarem os seus contributos para publicação, numa secção especial dedicada exclusivamente à COVID-19. Em menos de duas semanas o Conselho Editorial registou cerca de cento e cinquenta contributos, facto que atesta a unidade e o interesse dos Sociólogos em atualizar e acompanhar novos cenários sociais. Os objetos de estudo focaram-se nos efeitos da pandemia em diferentes locais do mundo e na forma como os decisores políticos e os grupos sociais (sobretudo os mais vulneráveis), respondem a diferentes cenários do quotidiano (Lupton, 2020).

Da análise realizada à literatura, conclui-se que os estudos recentes não apresentam consenso relativamente ao efeito da pandemia na Comunidade Roma. Se por um lado se encontra referência a um elevado risco de contágio pela doença e significativa mortalidade associada às minorias étnicas, por outro, constata-se que os Roma apresentam um índice baixo de infeção e propagação.

Por sua vez, a comunidade científica encontra-se alinhada quanto aos efeitos da pandemia na vida dos Roma, relativamente ao agravamento dos níveis de acesso ao emprego e à habitação que, por sua vez, influenciam negativamente a capacidade de acederem a serviços de saúde e a bens alimentares essenciais.

Esta moldura indica ainda que os Roma têm denotado dificuldades em cumprir as regras básicas de

proteção de contágio, relativamente ao distanciamento social e à utilização dos recursos de proteção. Todavia, os estudos em análise não permitem determinar com exatidão os níveis de propagação do vírus, na Comunidade Roma nómada. A Constituição da República Portuguesa não permite que o questionamento à população recolha dados desagregados por origem étnico-racial, facto pelo qual não é possível compreender se determinados fenómenos afetam a população de forma desigual, nem a sua dimensão. Portanto, urge a necessidade de serem realizados estudos a nível nacional sobre a forma como a comunidade Roma nómada tem conseguido cumprir as medidas de contingência para conter a propagação da COVID-19, assim como, para determinar se as suas condições de vida e as vulnerabilidades sociais, económicas e de saúde, se encontram agravadas no decorrer do período pandémico.

Na última década, a Europa tem integrado nas agendas transnacionais e nacionais os princípios da (não) discriminação, inclusão/exclusão e (in)justiça na sociedade, onde se incluem os Roma, declinando que possam existir seres humanos a viverem em condições de pobreza alarmante.

Por sua vez, assume-se como um dever de todos e de todas (Entidades, Instituições e Sociedade Civil) terminar com a letargia que se assiste desde longa data. Pretende-se que nos próximos dez anos, cada país dos Estados-Membros reduza as assimetrias de participação dos Roma nos diferentes eixos da sociedade, devendo os discursos e os projetos no papel dar origem a ações no terreno que resultem em melhorias efetivas nas condições de “vida” destas pessoas. Por outro lado, devem ser atualizados os olhares mútuos, culturalmente enraizados, criando-se laços de coesão social e fazendo desaparecer a vinculação de necessidade que os Roma têm com o Estado e a sociedade, que resulta da pretensão de um processo de assimilação por parte do grupo sociocultural maioritário.

É ainda fundamental que se altere a visão incorreta de que os Roma são um problema das Polícias, sobrepondo-se a questões sociais de base. A produção de investigação que venha a contribuir para mitigar

a perceção de insegurança de grupos sociais maioritários relativamente a pessoas de etnia Roma, nem sempre compatível com números reais de criminalidade, pode alterar as representações sociais que impedem estas pessoas de participarem em diferentes áreas profissionais, nomeadamente, nos serviços de proteção e segurança.

A vulnerabilidade e a inexistência de condições básicas de vida de toda a pessoa, perpetuadas no tempo, conduzem-nos para o desrespeito por direitos fundamentais da humanidade. A pandemia veio aumentar a urgência de se encontrar uma visão unificada de princípios e valores de multiculturalidade, encarando-se a diversidade como enriquecedora. Este cenário, exorta para que a comunidade científica desenvolva um campo de conhecimento sobre o verdadeiro significado de interculturalidade, que estabeleça pontes de comunicação e possibilite a concretização dos princípios de pertença, de aculturação e respeito mútuos, entre todos os segmentos populacionais da sociedade.

## Referências bibliográficas

- Agência Lusa. (2020, October 1). Covid-19: Autoridades no Algarve preocupadas com surto na comunidade cigana. *Observador*.  
<https://observador.pt/2020/10/01/covid-19-autoridades-no-algarve-preocupadas-com-surto-na-comunidade-cigana/>
- Agency for Fundamental Rights. (2019). *Second European Union Minorities and Discrimination Survey: Roma women in nine EU Member States*.  
<https://doi.org/10.2811/127019>
- Agency for Fundamental Rights. (2020). *Implications of COVID-19 pandemic on Roma and Travellers communities*. FRA.
- Agency for Fundamental Rights (FRA). (2020). *Fundamental Rights Report - 2020*. FRA.  
<https://doi.org/10.2811/18138>
- Alders, G. (2020, May 13). Rising to the policing Challenge of COVID-19: Looking beyond the crisis. *Global Government Security Network*.

<https://www.pwc.com/gx/en/industries/government-public-services/public-sector-research-centre/policing-challenge-of-covid-19.html>

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural IP. (2014). *Estratégia Nacional Para a Integração das Comunidades Ciganas - 2013 - 2020*. ACIDI.

Alto Comissariado para as Migrações. (2018). *Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas: Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2018*. ACM.

Arza Porras, J., Gil-González, D., Catalá Oltra, L., Francés García, F., González Angulo, M. E., Rodríguez Camacho, M. F., Sanchís Ramón, M. J., Sanz-Barbero, B., Vives-Cases, C., & La Parra Casado, D. (2020). COVID-19 Crisis: Impact on Households of the Roma Community. *International Journal of Roma Studies*, 2(2), 28. <https://doi.org/10.17583/ijrs.2020.6242>

Assunção, M.J. de A. (2019). *Estudo sobre os ciganos residentes em acampamentos na cidade de Évora*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Aberta.

Auriemma, V., & Iannaccone, C. (2020). COVID-19 Pandemic: Socio-Economic Consequences of Social Distancing Measures in Italy. *Frontiers in Sociology*, 5(October), 1–8. <https://doi.org/10.3389/fsoc.2020.575791>

Auzias, C. (2011). Maria José Casa-Nova, Etnografia e Produção de Conhecimento: Reflexões Críticas a Partir de Uma Investigação com Ciganos Portugueses. *Etnografica*, 15(1), 204–206. <https://doi.org/10.4000/etnografica.893>

Bastos, J. G. P. (2020). From Negative Visibility to Positive Invisibility – Who Needs to Use Gypsies [Roma] as the Anti-citizens of Civilized Europe? *Journal of Gypsy Studies*, 2(1), 3–38. <https://doi.org/10.33182/jgs.v2i1.906>

Brown, T. N. (2008). Race, racism, and mental health: elaboration of critical race theory's contribution to the sociology of mental health. *Contemporary Justice Review*, 11(1), 53–62. <https://doi.org/10.1080/10282580701850405>

Casa-Nova, M. J. (2013). Os ciganos é que não querem integrar-se? In *Não acredito em tudo o que pensa: Mitos do*

*senso comum na era da austeridade* (pp. 213–222). Tinta da China.

Cisneros-Kostic, R. M., Macías-Aranda, F., Aiello, E., & Sordé-Martí, T. (2020). Roma communities navigating and coping with the current and future effects of the COVID19 Crisis. *International Journal of Roma Studies*, 2(2), 1. <https://doi.org/10.17583/ijrs.2020.6632>

Comissão Europeia. (2009). *Ação da União Europeia no combate à discriminação: Relatório de actividade 2007-2008*. CE.

Costa, M.A.A. (2004). *Histórias de vida: Representações sociais da comunidade cigana*. Tese de Doutoramento da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/1589>

Council of Europe. (2015). *Mirrors: Manual on combating antigypsyism through human rights education* (Issue May). Council of Europe Publishing.

Cousin, G., & Fine, R. (2012). A Common Cause. *European Societies*, 14(2), 166–185. <https://doi.org/10.1080/14616696.2012.676447>

Decreto-Lei n.º 167/2007. [Aprova a orgânica do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P.]. *Diário Da República*, 1.ª Série n.º 85, *Dee 3 de Maio*, 2950–2954.

Decreto-Lei n.º 31/2014. Presidência do Conselho de Ministros. *Diário Da República*, 1.ª Série n.º 41, *de 27 de Fevereiro*, 1656–1660. <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/31/2014/02/27/p/dre/pt/html>

Dias, C. (2020). *19 em Moura: O vírus tem-se propagado entre famílias ciganas e já afectou 39 dos seus membros e uma pessoa fora da comunidade*. Público.

European Commission. (2018). *Antigypsyism: Increasing its Recognition to Better Understand and Address its Manifestations* (Issue February). EC. [https://ec.europa.eu/newsroom/just/document.cfm?doc\\_id=55652](https://ec.europa.eu/newsroom/just/document.cfm?doc_id=55652)

European Commission. (2020, October 7). *A Union of Equality: EU Roma strategic framework for equality, inclusion and participation*. [https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/union\\_of\\_equality\\_eu\\_roma\\_strategic\\_framework\\_for\\_equality\\_inclusion\\_and\\_participation\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/union_of_equality_eu_roma_strategic_framework_for_equality_inclusion_and_participation_en.pdf)

- Fenton, S. (1988). Explaining and blaming: Racism and Sociology. *Patterns of Prejudice*, 22(1), 21–30. <https://doi.org/10.1080/0031322X.1988.9969939>
- Fernández, M. del P. L. (2009). El Concepto De Anomia De Durkheim Y Las Aportaciones Teóricas Posteriores. *Iberoforum. Revista de Ciencias Sociales de La Universidad Iberoamericana*, IV(8), 130–147.
- Fialho, J., Silva, C.A., & Saragoça, J. (2017). *Diagnóstico social: Teoria, metodologia e casos práticos* (2nd ed.). Edições Síbalo.
- Gezgin, E., & Greenfields, M. (2017). A Study on the Sociology of Pierre Bourdieu and Conducting Social Research with Gypsy / Roma Groups. *Journal of Gypsy Studies*, 1(1), 31–47. <https://doi.org/10.33182/jgs.v1i1.528>
- Goggin, G., & Ellis, K. (2020). Disability, communication, and life itself in the COVID-19 pandemic. *Health Sociology Review*, 0(0), 1–9. <https://doi.org/10.1080/14461242.2020.1784020>
- Gonçalves, G. M. (2020). Vivenciando el racismo cotidiano: relatos de Antigitanismo en España. *International Journal of Roma Studies*, 2(2), 66. <https://doi.org/10.17583/ijrs.2020.6072>
- Hawes, D. (2020). The Roma and their struggle for identity in contemporary Europe. *Journal of Contemporary European Studies*, 1–1. <https://doi.org/10.1080/14782804.2020.1812864>
- Instituto Nacional de Estatística. (2019). Rendimento e Condições de Vida 2019. [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaquas&DESTAQUESdest\\_boui=354099803&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=354099803&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt)
- Kiran, E. (2020). Prominent Issues About the Social Impacts of Covid 19. *Gaziantep University Journal of Social Sciences*, 19(COVID-19 Special Issue), 752–766. <https://doi.org/10.21547/jss.787779>
- Kwok, H. (2020). Beyond the anti-racist reason: a postcolonial perspective on pandemic politics. *Health Sociology Review*, 29(2), 122–130. <https://doi.org/10.1080/14461242.2020.1785320>
- Lupton, D. (2020). Special section on ‘Sociology and the Coronavirus (COVID-19) Pandemic.’ *Health Sociology Review*, 29(2), 111–112. <https://doi.org/10.1080/14461242.2020.1790919>
- Magano, O. (2010). *Tracejar vidas normais: estudo qualitativo sobre a integração social de indivíduos de origem cigana na sociedade portuguesa (tese de doutoramento)*. Universidade Aberta de Lisboa.
- Magano, O. (2014). Ciganos e políticas sociais em Portugal. *Sociologia: Revista Da Faculdade de Letras Da Universidade Do Porto*, 15–35.
- Mendes, J. M. (2015). Ulrich Beck: A imanência do social e a sociedade do risco por José Manuel Mendes. *Análise Social*, 214 L(1.º), 211–215.
- Mendes, M., Magano, O., & Candeias, P. (2014). *Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas: Observatório das Comunidades Ciganas*. Alto Comissariado para as Migrações, I. P.
- Meza-Palmeros, J. A. (2020). Risk perception, coronavirus and precariousness. A reflection on fieldwork under quarantine. *Health Sociology Review*, 29(2), 113–121. <https://doi.org/10.1080/14461242.2020.1785321>
- Mirga-Kruszelnicka, A. (2015). Participación Romaní en la formulación de las políticas y la creación del conocimiento. ¿Nada sobre nosotros sin nosotros? *Roma Rights Journal of The European Roma Rights Centre*, 1–13.
- Nelson, J. K., Hynes, M., Sharpe, S., Paradies, Y., & Dunn, K. (2018). Witnessing Anti-White ‘Racism’: White Victimhood and ‘Reverse Racism’ in Australia. *Journal of Intercultural Studies*, 39(3), 339–358. <https://doi.org/10.1080/07256868.2018.1459516>
- Rahman, S. Y. (2020). ‘Social distancing’ during COVID-19: the metaphors and politics of pandemic response in India. *Health Sociology Review*, 1–9. <https://doi.org/10.1080/14461242.2020.1790404>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2018. [Aprova a revisão da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2022]. *Diário Da República*, 1.ª Série n.º 230, de 29 de Maio de 2018. <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/154/2018/11/29/p/dre/pt/html%0A>

Richterich, A. (2020). When open source design is vital: critical making of DIY healthcare equipment during the COVID-19 pandemic. *Health Sociology Review*, 0(0), 1–10.  
<https://doi.org/10.1080/14461242.2020.1784772>

Rostas, I., Rovid, M., & Szilvási, M. (2015). Romma Civil Society, Roma Inclusion, and Roma Participation. *Roma Righth Journal of the European Roma Righth Center*, 7–10.

Scambler, G. (2020). Covid-19 as a ‘breaching experiment’: exposing the fractured society. *Health Sociology Review*, 1–9.  
<https://doi.org/10.1080/14461242.2020.1784019>

Serviço Nacional de Saúde - ARS Alentejo. (2020). *Guia de Ação - Comunidades Ciganas*. SNS.  
<http://www.arsalentejo.min-saude.pt/arsalentejo/novidades/Paginas/Guia-de-Ação---Comunidades-Ciganas.aspx>

Tammi, L. (2020). Across the great divide: The impact of digital inequality on Scotland’s Gypsy/Traveller children and young people during the COVID-19 emergency. *International Journal of Roma Studies*, 2(2), 52. <https://doi.org/10.17583/ijrs.2020.6301>

Thomson, K. (2020). By the light of the corona (virus): revealing hegemonic masculinity and the double bind for men in responding to crises. *Health Sociology Review*, 0(0), 1–9.  
<https://doi.org/10.1080/14461242.2020.1784773>

Varga, B. M. (2020). Access to healthcare services for the Roma and undocumented migrants in the EU in light of the Covid-19 pandemic. *International Journal of Roma Studies*, 2(2), 4.  
<https://doi.org/10.17583/ijrs.2020.5952>

World Health Organization. (2020). *Covid-19 Solidarity Response Fund for WHO*. Help Fight Covid-19.  
<https://covid19responsefund.org/en/>

Yin, R. K. (2016). *Qualitative Research from Start to Finish* (Second Ed.). The Guilford Press.  
<https://books.google.com/books?hl=en&lr=&id=DvpPCgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&ots=HT8osViiZQ&sig=mWJKyLjrCeEs5VwfDrhlrETnMc>

Zabumba, A. J. L. (2019). O Sentimento de Insegurança na Cidade de Estremoz Intervenção da Polícia na

Comunidade Cigana. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Zeng, G., Wang, L., & Zhang, Z. (2020). Prejudice and xenophobia in COVID-19 research manuscripts. *Nature Human Behaviour*, 4(9), 879–879.  
<https://doi.org/10.1038/s41562-020-00948-y>

## Nota:

- [1] Acção da União Europeia no combate à discriminação: Relatório de actividade 2007-2008.
- [2] Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2018.
- [3] [https://europarl.europa.eu/charter/pdf/text\\_pt.pdf](https://europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf)
- [4] [https://ec.europa.eu/info/publications/new-eu-Roma-strategic-framework-equality-inclusion-and-participation-full-package\\_en](https://ec.europa.eu/info/publications/new-eu-Roma-strategic-framework-equality-inclusion-and-participation-full-package_en)
- [5] Introduzida pelo Decreto-Lei n.º 167/2007.
- [6] <https://www.acm.gov.pt/pt/-/grupo-consultivo-para-a-integracao-das-comunidades-ciganas>

Os Roma em tempos de Covid-19. Uma reflexão de elevada importância ou um não tema?  
Garcia (2020)